

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.014 - DF (2018/0288227-5)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : UELTON NEVES DE ABREL**  
**ADVOGADOS : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143**  
**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que UELTON NEVES DE ABREL foi denunciado e condenado por incurso (três vezes) no artigo 157, § 2º, incisos I, II, IV e V, (roubo majorado), bem como nos artigos 158, § 1º (extorsão), e 148 (sequestro), todos do Código Penal, às penas unificadas de 13 (treze) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e o pagamento de 68 (sessenta e oito) dias-multa.

Foi fixado, ainda, o montante mínimo a título de reparação de danos, no valor de R\$ 28.651,00 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais), *"metade do valor apurado no laudo de avaliação que totalizou R\$ 59.302,00 (cinquenta e nove mil e trezentos e dois reais), nos termos do comando contido no inciso IV, do art. 387 do Código de Processo Penal"* (fls. 497/498).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação pretendendo a aplicação da figura do crime continuado em relação aos delitos de roubo e extorsão, o afastamento das majorantes aplicadas ao crime de roubo, bem como da verba indenizatória a título de reparação por danos materiais (fls. 524/534).

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação, nos termos do acórdão assim ementado (fls. 567/569):

*PENAL. CRIMES DE ROUBO COM USO DE ARMA, CONCURSO DE PESSOAS, PRIVAÇÃO DA LIBERDADE E TRANSPORTE DE VEÍCULO PARA OUTRO ESTADO, MAIS EXTORSÃO COM USO DE ARMA E SEQUESTRO. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. ALEGAÇÃO DE CONTINUIDADE DELITIVA. IMPROCEDÊNCIA. CRIMES DE ESPÉCIES DIFERENTES. CRITÉRIO INADEQUADO DE AUMENTO PELAS MAJORANTES. READEQUAÇÃO DA DOSIMETRIA.*

**SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.**

*1 Réu condenado por infringir três vezes o artigo 157, § 2º, incisos I, II, IV e V, mais os artigos 158, § 1º, e 148, do Código Penal, depois de, junto com comparsa, subjugar o porteiro de um condomínio residencial durante a madrugada; em seguida, os dois esperaram pacientemente a chegada de um morador, que foi rendido e obrigado a abrir a porta do apartamento onde residia com os pais, subtraindo do local várias coisas de valor, que foram acomodadas em malas e levadas para os dois carros da família, que foram então conduzidos para o Estado de Goiás. Na mesma ocasião, os assaltantes obrigaram uma das vítimas a preencher e assinar três cheques no valor total de cinco mil reais e ainda levaram a matriarca para evitar que fosse dado o alarme do assalto, obrigando-a, ainda, a sacar dinheiro em caixas eletrônicos, que foram frustrados devido ao horário, bloqueado pelo sistema informatizado. Depois de horas, ela foi largada em local ermo de Valparaíso de Goiás.*

*2 O roubo e a extorsão são delitos autônomos e distintos, configurando-se o concurso material mesmo quando aconteçam no mesmo contexto fático. O fato de ambos estarem no capítulo de crimes contra o patrimônio não os equipara nem os transforma em crimes de mesma espécie; são apenas do mesmo gênero.*

*3 Decota-se o aumento excessivo da pena na terceira etapa da dosimetria quando não há fundamentação idônea: a mera alegação de que as vítimas tiveram sua liberdade restringida "por longo tempo" não justifica um aumento acima do mínimo de um terço.*

*4 O sequestro da dona-de-casa configura de fato uma extorsão mediante sequestro, pois a vítima foi levada pelos assaltantes e obrigada a ir em vários caixas eletrônicos do BRB para tentar sacar dinheiro, o que não se concretizou porque o sistema não permitiu os saques fora de hora. O crime é formal e se consuma com a conduta, e não com a produção do resultado naturalístico. Todavia, quedando-se inerte o Ministério Público, não pode ser mudada a classificação do crime no segundo grau de jurisdição, o que incidiria em reformatio in pejus. O aumento da pena-base por causa das circunstâncias anormais do crime, dado o tempo de subjugação da vítima mulher e o fato de ter sido largada em local ermo de Valparaíso de Goiás, longe de sua casa, é justificado, mas o aumento de seis meses acima do mínimo legal é exagerado e deve ser reduzido para três meses, considerando que a pena vai de um a três anos de reclusão. Na segunda fase, as atenuantes implicam o retorno à pena mínima, que é definitiva. Exclui-se a pena de multa, por falta de previsão legal no crime de sequestro.*

*5 A reparação dos danos materiais causados pelo crime deve ser concedida pela sentença quando houver pedido expresso na denúncia ancorado em laudo de avaliação econômica, possibilitando o regular exercício da ampla defesa e do contraditório.*

*6 Apelação parcialmente provida.*

Em sede de recurso especial, a defesa aponta afronta aos arts. 11 do Código de Processo Civil, 3º do Código de Processo Penal e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Sustenta, em síntese, que *"embora tenha ocorrido diminuição do valor da indenização, o impasse na determinação do pagamento consiste na hipossuficiência do réu, fator já alegado anteriormente e que não foi devidamente verificado no acórdão proferido pelo Tribunal a quo e, ainda, pela ausência de fundamentação específica"* (fl. 591), razões pelas quais pleiteia o afastamento da verba indenizatória.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência das Súmulas nºs 83 e 211 do STJ e nºs 282 e 356 do STF (e-STJ fls. 608/611).

Contraminuta à fl. 622. Instado, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial e, caso conhecido, pelo desprovimento (fls. 638/641).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O recurso não merece provimento.

De início, não cabe em sede de recurso especial a análise de violação a princípios e dispositivos constitucionais. Cito precedente:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. TROCA DE PLACA. CONDUTA TÍPICA PREVISTA NO ART. 311 DO CÓDIGO PENAL. FÉ PÚBLICA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DOLO. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECRETO N. 86.714/81. TRÂNSITO VIÁRIO INTERNACIONAL. SÚMULA 283/STF. OFENSA A DISPOSITIVOS DA CF/1988. INCOMPETÊNCIA DO STJ. DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. ARTS. 1.029, § 1º, DO CPC e 255, § 1º, DO RISTJ. ACÓRDÃO COMBATIDO DE ACORDO COM PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

[...]

*4. Quanto à eventual violação do art. 5º, caput, e incisos II e XXXIX, da Constituição Federal (princípio da legalidade e da reserva legal), tem-se que tal pleito não merece subsistir, uma vez que a via especial é imprópria para o conhecimento de ofensa a dispositivos*

*constitucionais.*

*[...]*

7. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 790.675/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/10/2018).

No que tange à alegada hipossuficiência do réu, bem como a afronta ao art. 3º do Código de Processo Penal, verifica-se que os temas não foram abordados pela Corte de origem e não foram opostos embargos de declaração com o intuito de prequestionar as matérias, razão pela qual incide à hipótese o enunciado da Súmula n. 211/STJ, bem como os enunciados das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Quanto ao pedido de afastamento da verba indenizatória, é firme neste Tribunal Superior a orientação de que a indenização mínima a título de danos deve ser estabelecida na sentença condenatória, desde que requerida expressamente na denúncia, como ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 387, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REPARAÇÃO CIVIL DOS DANOS SOFRIDOS PELA VÍTIMA. DEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. A reparação civil dos danos sofridos pela vítima do fato criminoso, prevista no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, deve ser deferida sempre que requerida e inclui também os danos de natureza moral.*

*2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.376.658/MS, por mim relatado, QUINTA TURMA, DJe 16/10/2017).*

*"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA E CONCURSO DE AGENTES. REPARAÇÃO CIVIL MÍNIMA. NECESSIDADE DE PEDIDO EXPRESSO NA INICIAL.*

*1. De acordo com reiterados julgados deste Superior Tribunal de Justiça, para que haja a fixação na sentença do valor mínimo devido a título de indenização civil pelos danos causados à vítima, nos termos do artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, é necessário pedido expresso na inicial acusatória, sob pena de afronta à ampla defesa e ao contraditório.*

*2. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp n. 1.671.240/PR, Sexta Turma, Relatora. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 04/06/2018).*

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. REPARAÇÃO DE NATUREZA CIVIL. ART. 387, IV, DO CPP. DENÚNCIA. PEDIDO EXPRESSO. NECESSIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. A aplicação do instituto disposto no art. 387, inciso IV, do CPP, referente à reparação de natureza cível, quando da prolação da sentença condenatória, requer a dedução de um pedido expresso do querelante ou do Ministério Público, em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa.*

*2. Ao determinar a indenização de ofício, o Juízo de primeiro grau decidiu fora dos pedidos deduzidos pelo Parquet na peça acusatória, o que configura violação do princípio da correlação entre o pedido e a sentença, a justificar o afastamento da indenização.*

*3. Agravo regimental não provido" (AgRg no REsp n. 1.622.852/MT, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 14/03/2017).*

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO QUALIFICADO. REPARAÇÃO DE DANOS. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DO RÉU NÃO DEDUZIDO NA DENÚNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

*2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "este Superior Tribunal, em relação à fixação de valor mínimo de indenização a título de danos morais, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, entende que se faz indispensável o pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público, este firmado ainda na denúncia, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa". (AgRg no REsp 1.626.962/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 16/12/2016).*

*3. Writ não conhecido e habeas corpus concedido, de ofício, tão somente para afastar a condenação à reparação dos danos causados ao ofendido, ficando mantido, no mais, o teor da sentença" (HC n. 428.490/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 20/03/2018).*

Dessa forma, estando o acórdão impugnado em conformidade com o entendimento jurisprudencial desta Corte, incide o Verbete de n. 83/STJ.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

